

Narrativas de uma "delação": o caso do motim de PMs no Ceará

O aumento da participação de policiais nas disputas político-eleitorais fez com que as forças policiais se tornassem também forças políticas, levando as disputas político-partidárias para dentro dos quartéis

Glaucéria Mota Brasil e Ricardo Moura
4 de agosto de 2021

MARISTELA CRISPIM/FOLHAPRESS



PMs amotinados e familiares no 18º BPM do Antonio Bezerra, em Fortaleza, em março de 2020

Passado mais de um ano do maior movimento de insurgência de uma força de segurança na história do Ceará, o motim da Polícia Militar do Ceará (PMCE), ocorrido em fevereiro de 2020, as peças do quebra-cabeça sobre o que ocorreu no período começam a se encaixar. Na última segunda-feira de julho, dia 26, três tenentes coronéis da Polícia Militar foram denunciados pela Promotoria de Justiça Militar e Controle Externo da Atividade Policial Militar.

A denúncia ocorreu a partir de uma "delação" feita pelo tenente PM Pedro Henrique de Sousa Moura. O relato do militar descreve, em detalhes, a atuação dos três oficiais que teriam permitido, ainda que indiretamente, a "invasão" ao quartel do 18º Batalhão de Policiamento Militar, no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza. O local é um ponto estratégico do motim, haja vista que foi a partir dele que as demais ações de insubordinação se desenvolveram. Conforme informações divulgadas à imprensa pelo Ministério Público do Ceará (MPCE) e pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), mais de 400 agentes de segurança se tornaram réus na Justiça Estadual, enquanto 309 foram afastados de suas funções. Seis foram punidos administrativamente por terem participado no movimento.

Após a publicação da reportagem, em que é descrita a suposta participação dos oficiais na realização do motim, o próprio tenente encaminhou uma mensagem ao jornal negando que tivesse feito uma "delação" e que também não teria acusado nenhum de seus superiores sobre a prática de ações delituosas. No entanto, o termo é empregado pelo próprio Ministério Público na denúncia. O conteúdo do documento é explosivo, haja vista implicar militares de mais elevada patente em um contexto de insubordinação.

Quer nos parecer que a nominada “delação”, feita pelo tenente Moura, não representa o instituto jurídico da delação premiada, mas sim um depoimento no qual o militar faz em sua defesa uma narrativa do campo dos acontecimentos vivenciados por ele, naquele momento, como sujeito integrante da liderança do motim, assim como menciona a participação de outros sujeitos naquele momento em que se deu a ocupação do 18º BPM pelos PMs amotinados e familiares (algumas mulheres).

Nesse depoimento são narradas as ações dos sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, nos acontecimentos que levaram à ocupação sem resistências. Não ter feito ou deixar ser feito algo que levou à concretização do movimento de ocupação do 18º BPM tem reverberações e implicações que dificilmente as narrativas dos sujeitos envolvidos naquele momento não revelarão.

[Conforme foi divulgado pela imprensa](#), em seu depoimento, o tenente Moura não só revelou os nomes dos oficiais como os detalhes que fizeram a ocupação ser bem-sucedida. Ele teria descrito, de forma detalhada, o cenário observado no batalhão logo nos primeiros momentos da ocupação. “Primeiro, um grupo de mulheres que se diziam manifestantes e esposas de policiais militares chegaram ao local. Na madrugada do dia 19 de fevereiro de 2020, por volta de 1h, ‘estranhamente houve recolhimento das viaturas do Batalhão de Choque, que lá estavam [sob] comando do tenente-coronel [responsável] , desfazendo-se assim o cerco policial antes montado’. [...] Com o recolhimento das viaturas do Choque que ajudavam no policiamento do quartel, ‘houve intensa movimentação, onde rapidamente apareceram dezenas de viaturas em frente ao quartel, e centenas de pessoas ameaçando adentrar nas dependências do local’, conforme trecho da acusação, desta vez se referindo às viaturas que já tinham sido arrebatadas por policiais militares encapuzados”.

A peça de acusação traz ainda uma reflexão incômoda sobre o papel institucional dos oficiais no interior da corporação: “Assaltam-me dúvidas: como pode um policial militar, oficial subalterno, ser feito refém por civis, desarmadas, encapuzadas, mulheres, dentro de um quartel? A que ponto a subversão e o desmonte da nossa briosa Polícia Militar do Ceará chegou, uma vez que militares não se acanham em sustentar uma história vergonhosa e inverossímil como essa”, destaca denúncia.

“Os militares ali de serviço, quer seja os de serviço no 18º BPM, quer seja os de serviço pelo Bope, ou pelo BPChoque, não enfrentaram as manifestantes porque não quiseram, já que foram subitamente tomados por um vergonhoso sentimento de coleguismo”, prossegue a denúncia.

Conforme o Ministério Público, o tenente Moura, autor das denúncias, foi acusado, no início deste ano, por crimes de lealdade militar, omissão de eficiência da força, atentado contra viatura e crime de inobservância da lei, devido à sua condição de liderança do movimento de ocupação do 18º BPM, durante o motim.

A relevância da questão aqui discutida não está no fato de ter havido uma “delação” ou um “depoimento de defesa”, mas no fato de que acontecimentos como a ocupação do 18º BPM por um grupo de policiais militares durante o motim de 2020 sejam potencializados pelo movimento político-eleitoral que deu sustentação ao amotinamento.

Chamam a atenção duas questões antes não observadas nesse tipo de movimento que se inicia no Ceará, com o movimento de paralisação de policiais civis e militares que sai às ruas em 1997, e no qual o então comandante da PMCE fora baleado. Primeiro: a possibilidade do envolvimento significativo de oficiais militares de alta patente como tenentes-coronéis que, direta ou indiretamente, deixaram acontecer ou não fizeram nada para que não ocorresse a ocupação do 18ºBPM. Segundo: o aumento da participação de policiais nas disputas político-eleitorais fez com que as forças policiais se tornassem também forças políticas, levando as disputas político-partidárias para dentro dos quartéis.

Os dois fatos citados acima colocam em xeque as estruturas hierárquicas e disciplinares da polícia militar, bem como sua missão de manutenção da ordem e da lei nos marcos do Estado democrático de Direito. A resposta a ser dada pelo Governo do Estado sobre o ocorrido ditará profundamente os rumos desse movimento tendo em vista o encerramento de um ciclo político nas eleições estaduais do próximo ano.

Glaucéria Mota Brasil

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE e Coordenadora do Laboratório de Direitos Humanos (LabVida/UECE)

Ricardo Moura

Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC), editor do Blog Escrivaniha (escrivaniha.blog), especializado em segurança pública

<https://fontesegura.org.br/multiplas-vozes/jnu63igc2u>



